

IDENTIDADE E CULTURA MERCANTILIZADA

Luiz Hermenegildo Fabiano *

Isilda Campaner Palangana **

RESUMO: A perspectiva temática desse artigo é a de discutir o trajeto histórico da constituição da identidade do sujeito na sociedade capitalista. A identidade, pensada historicamente, viabiliza uma compreensão concreta da fragmentação e das relações consumistas que permeiam as formas de expressão individual na contemporaneidade. A ideologia mercantil, que se impôs nos vários estágios do desenvolvimento da sociedade industrial, produziu também um sujeito adequado a tais princípios econômicos. Essa estrutura ideológica fomenta uma estrutura psicológica no indivíduo, permeada por uma razão instrumental, voltada à objetificação e reificação da subjetividade. Nesse processo de formação da identidade do sujeito, essa mesma estrutura se eterniza. A questão da cultura administrada de forma mercantil e, por decorrência, a dominação sobre a individualidade constituem a contribuição investigativa desse trabalho.

Paralelamente aos grandes avanços da Revolução Industrial, na sua versão técnico-científica relacionada a automação, temas como a fragmentação da subjetividade humana têm sido recorrentes, especialmente na sociedade atual. Na era da plena consolidação dos commodities, disseminados na grande maioria do que se considera mundo civilizado, debates sobre afetividade, sexo, desejo, padrão de corpo e de beleza e uma lista interminável de itens ligados à concepção de sujeito ganharam uma atenção cada vez mais intensa na concepção de identidade do homem moderno. Sintagmas verbais e não-verbais, centrados na afirmação de um ego debilitado, afloram abundantemente na mídia buscando valorizar compensatoriamente a capacidade de expressão individual solapada. Enunciados como *faça você mesmo*, sugerem que nesse tipo de organização social a prioridade da sua existência é

* Mestre em Filosofia da Educação – UNIMEP/SP, Doutor em Filosofia da Educação – UFSCar/SP, professor do Departamento de Fundamentos da Educação – UEM/PR.

** Mestre em Psicologia da Educação – PUC/SP, Doutora em Educação – PUC/SP, professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação – UEM/PR.

determinada pelo sujeito e não o contrário. Tal individualidade, tão evidenciada, dá ao sujeito a sensação de que ele é reconhecido e integrado socialmente e não administrado na orientação e seus desejos e atitudes. Assim, uma gama enorme de enunciados de apelos subjetivos imprime no indivíduo o seu logotipo: *a marca da roupa, do perfume e do shampoo que você merece; você é mais você com a calça tal, a camiseta tal; a margarina e o óleo de cozinha que darão reconhecimento familiar à dona de casa entediada; mais um programa exclusivo para você; o creme que deixa a sua pele mais suave; prazer na cama, você dá o ritmo e se liberta; 10 dicas para você atingir orgasmos inesquecíveis ao lado de quem ama; a mulher que você nunca imaginou existir vai fazer loucuras com o produto tal ou tal; carro modelo X e o cigarro Y com a marca do sucesso e da realização pessoal que você almeja*. Discursividades desse tipo envolvem o indivíduo numa rede de estereótipos tão convincentes, que a imagem que ele faz de si mesmo se confunde com esse jogo de espelhos ideológicos, no qual a sua identidade é estilhaçada e re-orientada por tais inculcações consumistas.

Esse mecanismo reflete, no entanto, a capacidade de esvaziamento da subjetividade humana e de sujeição do indivíduo ao processo de desenvolvimento da sociedade industrial. Só uma sociedade pautada na apropriação da constituição humana aos seus interesses econômicos pode colocar tamanha ênfase num ideal de indivíduo, para compensar sua dificuldade de expressão no processo desumano que o escraviza. As promessas de humanização do homem, pela supremacia da razão e transformação radical dos instrumentos de produção, sucumbiram a uma forma de conhecimento instrumentalizado para a sujeição e a exploração desumanizadas. O *engenho e arte* do poder do homem sobre a natureza nos primórdios da Modernidade passou a ser a engenharia de uma arte de dominar o próprio homem e o ambiente social em que vive. Inegavelmente, os avanços tecnológicos e científicos, ocorridos no processo do desenvolvimento da sociedade industrial, trouxeram grande conforto e bem-estar à vida humana. Entretanto, não se pode deixar de considerar os níveis de regressão social que essa forma de organização do trabalho produziu na desfiguração do indivíduo, tomando-o como objeto e não como sujeito da produção da existência.

Entender tais questões, demanda, pois, compreender o lastro histórico que determina a constituição da identidade tal qual ela se manifesta no presente. Ao se falar em

identidade, hoje, especialmente em se tratando da fragmentação da subjetividade, há que se buscar, no processo de transformação das relações sociais, a constituição desse conjunto de caracteres pessoais que a conformam, dando-lhe as determinantes históricas pelas quais se manifesta. O pressuposto básico desse entendimento é o de que a identidade individual se forma e se transforma no trabalho e nas relações sociais de trabalho. Somente na história de vida prática dos homens cabe pensar a individualidade, que singulariza o indivíduo, que o distingue, mas, ao mesmo tempo, não se encerra nele. Os traços, os caracteres físicos e psíquicos são deste ou daquele indivíduo, porque são sociais, ou seja, porque pertencem aos homens de uma determinada época e lugar. Assim sendo, a identidade de cada um é, inseparavelmente, social e individual, objetiva e subjetiva, fundada no modo como a sociedade se organiza, produz, se relaciona e na espécie de poder instituído. Como postula Sève¹, “... cada indivíduo natural torna-se humano ao hominizar-se através do seu processo de vida real no seio das relações sociais”. O ser humano nasce como um membro da espécie igual aos demais e se distingue, quer dizer, desenvolve propriedades diferenciadas na práxis social. Para tornar-se um indivíduo em particular há que se apropriar da cultura, do legado das gerações precedentes, fazendo-o seu.

A divisão do trabalho em toda sua extensão, ou seja, em seus aspectos econômicos, políticos, técnicos, culturais, etc., é a base social mais profunda e mais geral do processo de individuação. Ao se atribuir uma parte do trabalho a cada um, permitindo que se exercitem, se expressem e se identifiquem nessa fração do todo, está-se criando a condição material para que esses homens, que vivem em sociedade, distingam-se entre si, diferenciem-se uns dos outros, sem, contudo, deixarem de ser semelhantes, uma vez que são todos regidos pelas mesmas relações.

Se a identidade individual só se constitui em sociedade e, ainda, se o principal parâmetro nesse processo de formação é o trabalho, então, o que dizer desse carácter na atualidade? Como se configura a identidade individual na sociedade capitalista? É com esta problemática que o presente estudo se ocupa. A intenção é analisar as condições que a conformam e a definem, seu espaço e possibilidades numa ambiência em que o trabalho tornou-se abstrato e a cultura mercantilizada.

¹ SÈVE, Lucien. **Marxismo e a Teoria da Personalidade**, p. 210.

A sociedade burguesa, que vem se formando desde o século XVI, alcança a maturidade nas últimas três décadas do século XVIII. É quando o valor-de-troca torna-se a base de toda produção, favorecendo a elaboração da consciência de si e a multilateralidade de relações e capacidades humanas. O indivíduo burguês adquire identidade à medida que as corporações são suprimidas; à medida que o conglomerado humano circunscrito do período feudal se desfaz. Ele é produto “... *por um lado, da dissolução das formas da sociedade feudal, por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas a partir do século XVI*”.²

A ordem capitalista se firma, mas não confirma a expectativa de liberdade para pensar e agir. O período, de transição, no qual os indivíduos experienciam um certo controle sobre o tempo e o espaço é breve. À medida que o novo sistema se instaura, o controle sobre o indivíduo é mediado diretamente pelas relações sociais de produção e indiretamente pelo Estado. A prática produtiva circunscribe a substância da individualidade, quer dizer, como e o que ela pode ser com a competência que nenhuma lei teria.

Os artesãos de ofícios diversos e independentes, que até meados do século XVIII se reuniam nas oficinas, não tardam a perder por completo a capacidade para exercer seu antigo ofício. Aos poucos, a produção manufatureira incrementa a divisão do trabalho, dobra a vontade do homem e coopta, prioritariamente, sua força física. Coloca entre parênteses suas habilidades gerais e, em troca, propicia-lhe habilidades específicas, rapidez e segurança no manejo dos instrumentos de trabalho. O indivíduo, absorvido por uma função parcial, é privado da compreensão e da capacidade de análise do processo produtivo como um todo. Junto com a objetividade, a subjetividade humana é modificada. A percepção, a sensibilidade, a concentração, a atenção, enfim, as faculdades humanas são moldadas de acordo com a tarefa empreendida. A consciência individual perde o parâmetro de auto-reconhecimento. Desarma-se a identidade formada no aprendizado e na prática do ofício.

Além de fazer avançar a divisão social do trabalho, a manufatura dissolve a união entre o trabalhador e seus meios de produção. Individualmente, ele não produz mais nenhuma mercadoria. A auto-suficiência do produtor individual vai desaparecendo e, com

² MARX, Karl. **Elementos Fundamentales Para La Crítica de La Economía Política**, p. 3.

ela, a referência maior de si mesmo. A individualidade que se desenvolve através [da] e se expressa na atividade laborativa é cerceada e, no que resta dela, padronizada. Os conhecimentos, a sagacidade, a vontade e a astúcia pessoal, a que se refere Marx³ (1984), desenvolvidos pelo camponês e pelo artesão independentes pertencem ao passado. As forças intelectuais são inibidas em tudo o que não se enquadre na unilateralidade da prática produtiva.

Com a Revolução Industrial é chegado o momento em que o homem poderia se libertar de parte da labuta, para se dedicar a um trabalho prazeroso, que lhe propiciasse realização pessoal. Segue que a maquinaria se constitui, predominantemente, em um meio para aumentar a obtenção de mais-valia. Amplia-se de maneira significativa a capacidade social de produção e, contraditoriamente, limita-se a do sujeito individual. A partir das últimas duas décadas do século XIX, a produção acenta-se sobre uma base moderna, quer dizer, técnico-científica. Os movimentos e os tempos de trabalho são planejados com extremo rigor metodológico. O unitário, ou seja, o ofício é estilhaçado em tarefas microparcelares. A aprendizagem vai-se amesquinhando. Os operários, individualmente estão embrutecidos, não dominam mais nenhum conhecimento que se baste por si. A atividade de trabalho, na sua totalidade, se apresenta ao indivíduo como um conjunto abstrato. De concreto, restou a tarefa — fracionada e repetitiva — que lhe cabe executar. Diga-se, um concreto tão estreito e desconectado que poucos elementos pode oferecer à consciência, à formação de indivíduos singulares. As mudanças de hábitos, valores e costumes, experienciadas em primeira mão pelos operários, aos poucos invadem todas as camadas da população. Como explica Gramsci⁴, “... *os novos métodos de trabalho estão indissoluvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro*”.

Ao longo das transformações da sociedade burguesa, a individualidade é minada e enquadrada, de modo que só restam duas categorias: ou se é trabalhador ou se é capitalista. E, ambos os pólos sociais — patrão e empregado — são amesquinçados. “*Os chefes, que não precisam mais se ocupar da vida, não têm mais outra experiência dela senão como*

³ MARX, Karl. **O Capital**.

⁴ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, p. 396.

substrato e deixam-se empedernir integralmente no eu que comanda”⁵. Das relações de produção decorre uma autoridade absoluta do capital sobre os homens, da qual ninguém consegue furtar-se, independentemente da hierarquia social. A submissão é destino geral; é condição indispensável para que o processo de trabalho se molde à mercantilização. Dos séculos de formação burguesa resulta um indivíduo que já não pode enxergar nenhuma outra beleza que não a permitida pelo seu papel social, nem ouvir nenhum outro canto que o dos instrumentos de trabalho. Seus sentidos — ainda que não propositadamente, como os sentidos dos remadores de Ulisses — foram embotados⁶. A identidade individual desvanece na uniformidade.

Vendendo seu trabalho ao capital, o indivíduo deixa de ser dono do próprio desenvolvimento, perde o poder de decisão sobre ele, de experienciar capacidades, sentimentos e desejos fora da contingencialidade da ordem posta. Os homens colocam toda sua força criadora a serviço do trabalho heterônomo, que não a requer nem a promove. Torna-a, ao contrário, unilateral⁷. Na sociedade da produção em massa, o trabalho não coincide com as potencialidades de quem o executa, a não ser excepcionalmente. O indivíduo é posto à margem do que ele produz: do conhecimento necessário ao processo produtivo, do controle desse mesmo processo, bem como do que dele resulta. Objeto do trabalho alienado, ele é moldado à sua imagem e semelhança. O desempenho padronizado, o cumprimento de funções pré-estabelecidas iguala os indivíduos, minando as particularidades de cada um. Para sobreviver, se despersonalizam.

Com o advento da automação flexível, o trabalho, em muitos setores, tende a se resumir a trabalho de escritório. A qualificação necessária se diferencia da precedente, requerida pela automação rígida, e até se alarga em relação a esta. Nas indústrias automatizadas, em lugar da energia física, requer-se do trabalhador habilidades técnicas e mentais: “... *aptidões da cabeça mais do que das mãos; do lógico mais do que do artífice; dos nervos mais do que dos músculos; do piloto mais do que do trabalhador braçal; do técnico de manutenção mais do que do operador*”⁸. De um lado, isto representa uma

⁵ ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**, p. 46.

⁶ Idem, *Ibidem*.

⁷ MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial**.

⁸ Idem, *Ibidem*, p. 43.

valorização das capacidades intelectuais e, daí, a possibilidade de aprimorá-las; de outro, é invasão e domínio deste âmbito pela lógica da sociedade industrial. Mantida intacta a relação de compra e venda da força de trabalho, a mecanização e, depois, a eletrônica do processo produtivo, só têm feito por potenciar a escravidão humana — antes, preferencialmente física, agora física e mental. Nos últimos trinta anos a dominação sobre a individualidade se aprofundou significativamente, ao adentrar campos até então pouco explorados. “*O indivíduo parece hoje menos individual que nunca, a sua vida íntima nunca foi tão pública, a sua vida sexual nunca foi tão codificada, a sua liberdade de expressão nunca foi tão inaudível e tão sujeita a critérios de correção política, a sua liberdade de escolha nunca foi tão derivada das escolhas feitas por outros antes dele*”⁹. Como em estágios pretéritos dessa sociedade, os interesses e particularidades individuais não têm ambiente para se formarem. A individualidade encontra-se reduzida a unidades iguais, perfeitamente reguláveis.

Orientada pela lógica capitalista, a sociedade incorpora e se submete ao fetiche, empreende criações destrutivas, inventa desejos, elabora e tira proveito de novas capacidades, modifica o uso e a representação do tempo e do espaço, revoluciona modos de vida. Em meio a rapidez com que as mudanças se processam, o indivíduo não mais reconhece seu ambiente de individuação, não sabe da sua própria identidade. É difícil manter o sentido de continuidade histórica, que serve de referência à formação da identidade, diante do fluxo de efemiridades da acumulação flexível¹⁰. Mas, a necessidade de auto-afirmação, a incansável busca por respostas a si mesmo, permite a convivência de situações decididamente contraditórias. Ao mesmo tempo em que se verifica a desterritorialização, ou seja, que se rompem fronteiras antes demarcadas pela cultura, pela língua, pelo nacionalismo e outros fatores mais, constata-se “... *um desabrochar de novas identidades regionais e locais alicerçadas numa revalorização do direito a raízes*”¹¹. Percebe-se um revivalismo da etnia e de religiões como pontos de apoio à formação da identidade. À medida que o trabalho — principal parâmetro de identificação do eu — se

⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade**, p. 22.

¹⁰ HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**.

¹¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Ibidem*, p. 23.

torna por demais abstrato, e num momento em que vêm-se ruir as promessas de progresso e bem-estar, é compreensível que o sujeito tente se auto-afirmar a partir de particularismos.

Há uma busca narcisista de identidade e, nesse processo, o homem assume uma conduta cada vez mais defensiva. Os pichadores de muros, ônibus, trens, monumentos, etc. bem demonstram uma identidade sufocada sob a “proteção” enternecedora do liberalismo. Um eu que se mostra indecifrável, anônimo. Touraine¹², com uma posição um tanto extremada sobre o assunto, diz que na sociedade atual não mais se ouve a voz do sujeito. Ouve-se “... o grito ou mesmo o silêncio daquele que não é mais sujeito, o suicida, o drogado, o deprimido, o narcisista”. O indivíduo, que a Era das luzes livrou da transcendência, projetando-o para o centro do mundo, não está no centro nem acima dele. Encontra-se ameaçado pelas obras da sociedade que, contraditoriamente, podem libertá-lo. Como demonstra Touraine, o indivíduo foi por tanto tempo chamado a renunciar, a reprimir tudo que havia de pessoal em si, que terminou no individualismo. Uma vez perdido o parâmetro tradicional de identidade — o trabalho —, o indivíduo busca a auto-afirmação no particularismo cultural.

As condições concretas de trabalho e especialmente o estranhamento social causado pela impessoalidade que caracteriza as relações entre os homens, despojam o indivíduo de seus poderes criativos, isto é, de um dos caracteres que distinguem e identificam cada um. Atualmente, o indivíduo é um ator sem arte própria. Ele perde a capacidade de desempenhar-se por si, numa sociedade que não deixa espaço para isso. Conforme Sennett¹³, no corpo social, o indivíduo ocupa uma posição sem rosto, indefinida. Em decorrência desse esvaziamento de sentido do eu, e por certo num gesto (inconsciente) de defesa, os indivíduos tendem a unir-se em grupos restritos e fechados, como associações, clubes, gangues, etc. Desenvolvem uma espécie de fraternidade que só faz por mascarar o extremo individualismo a que a ordem posta induz. Assiste-se a emergência de imagens coletivas que, baseadas na religiosidade, na etnia, no regionalismo, vulgarizam o sentimento de fraternidade, rejeitando — muitas vezes com violência física e/ou moral — os que não pertencem ao grupo. Como confiar na fraternidade entre indivíduos que não

¹² TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**, p. 284.

¹³ SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**.

mais se reconhecem? Por trás da intimidade superficial se esconde um estranhamento profundo.

A automação flexível não tem despadronizado a sociedade, como se esperava que acontecesse. A individualidade, desde sua aparência até seus recônditos mais íntimos, segue pública e homogeneizada. Deste fato decorre uma valorização cada vez maior de sinais externos como indicadores da identidade individual. A concepção setecentista sobre os fenômenos da alma interpreta a personalidade como algo que se desenvolve naturalmente, a partir de uma base interna, de fundo biológico: o caráter. Uma base comum a todas as pessoas e, ao mesmo tempo, peculiar em cada uma delas. Esse conceito não desaparece, mas se modifica. A partir do século XIX, a personalidade espontânea, que revela singularidades internas, privadas, passa por um processo de publicização, efetuando um movimento inverso. É a personalidade criada pelas aparências, associada e deduzida a partir de características externas, direta e imediatamente manipulável; controlada por meio de instrumentos que escapam ao domínio individual. Sobre essa transformação, Sennett¹⁴ assim se pronuncia: *“a personalidade é imanente às aparências, por oposição ao caráter natural, que como a própria Natureza, transcende cada aparição no mundo”*. Antes, a personalidade excedia a aparência, que servia de pista para se alcançar e conhecer a intimidade individual. Hoje, a sociedade capitalista reduz tudo à aparência. Não há nada na interioridade que não tenha sido feito exterioridade, que não esteja sendo socialmente controlado e explorado. Entrelaçada à produção industrial, a personalidade individual se torna uma categoria pública.

Justamente a sociedade que estimula o consumo massivo e seletivo, que deixa milhões de pessoas com a mesma aparência, insiste em deduzir quem é o indivíduo em função das mercadorias que ele consome. O mesmo homem que se esforça por enquadrar-se na restrita variedade de manequins, que abre mão de moradia e alimentação decentes para usufruir da roupa, do calçado da moda, visivelmente uniformes, é o que procura nos sinais externos uma marca distinta para si. Em sua obra máxima, Marx explica como a sociedade capitalista fetichiza a mercadoria, imputando a coisas materiais atributos pessoais. O objeto aparece como se houvesse sido feito exclusivamente para um determinado indivíduo, a partir do que ele é, como se, nesse contexto, ele pudesse ser algo

¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 194.

diferente do que convém a sociedade. “*Um dos maiores desafios do capitalismo sobre a vida pública era o de mistificar os fenômenos públicos; mas a mistificação só poderia ser bem sucedida se as pessoas estivessem dispostas a acreditar que os objetos estavam investidos com atributos da personalidade humana*”¹⁵. Crença consumada: os objetos são usados e exibidos como algo que contém o emblema da alma, como símbolo do caráter do sujeito. A sociedade industrial, que esvazia a individualidade de sentido próprio, identifica cada sujeito com indicadores que ela cria — indicadores externos, relacionados ao consumo. A sociedade primeiro padroniza, depois remarca com os sinais que lhe aprazem.

O arcabouço ideológico dessa estrutura de organização social, cuja forma mais bem-acabada é a indústria cultural¹⁶, transferiu de tal maneira os conteúdos burocráticos da economia industrial para as relações sociais e humanas que a noção de subjetividade sucumbiu a tais princípios. Como resultante dessa forma de apropriação cultural, a subjetividade fica comprometida com a incorporação de valores culturais identificados com os interesses ideológicos vigentes, cuja finalidade é reforçar e perpetuar o seu processo de reificação. A indústria cultural, cria desse sistema, existe para alimentar e manter essa subjetividade danificada e falida. Esta é assim aniquilada justamente por existir sob o comando do padrão e do *standard* que a insere na cadeia da troca e do consumo generalizados. Resultado da ganância e embrutecimento do homem a que chegaram certas esferas das relações capitalistas de produção, a cultura estandardizada — que daí vingou — presta-se essencialmente a reproduzir e a sustentar a estrutura de tais relações. Conectada a todas as suas artérias e vasos comunicantes, a indústria cultural torna-se expressão e pressão da consciência humana inserida nesse ambiente socialmente administrado. Ela é forjada para não questioná-lo e muito menos revertê-lo, perpetuando assim relações sociais que na verdade são relativas e históricas e, por conseguinte, passíveis de transformação.

A apropriação da cultura pela ideologia industrial incide, nesse aspecto, na compreensão da homogeneidade cultural como um processo de mistificação e alienação do

¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 186.

¹⁶ O termo *indústria cultural* foi utilizado por Adorno e Horkheimer pela primeira vez em 1947, na obra *Dialética do esclarecimento*, com o intuito de especificar o caráter fetichista e manipulador do processo de produção e veiculação da cultura. Desfaz-se desse modo a ambigüidade do termo *cultura de massa*, como expressão de uma cultura procedente *das* massas e daí um possível sentido democrático e popular, e não a dimensão totalitária e administrada com que é dirigida de forma estandardizada e alienante *para* as massas. O termo *indústria cultural* torna-se mais apropriado para conceituar a função administrada e autoritária que a produção dos bens culturais passou a ter no processo de desenvolvimento da sociedade industrial.

sujeito na apreensão do mundo social. Educado por tais componentes culturais, que inviabilizam a possibilidade de outras leituras da realidade social produzida, o sujeito é reduzido a limites de consciência na forma com que atua socialmente, e regride na construção de si mesmo. Em *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*, Adorno e Horkheimer, dois dos mais expressivos pensadores da Escola de Frankfurt, ao caracterizarem o efeito empático dos processos de consumismo cultural da sociedade contemporânea, segundo a estrutura de organização desse tipo de sociedade, afirmam categoricamente que:

*A violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas. Os produtos da indústria cultural podem ter a certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los alertamente. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho. (...) Inevitavelmente, cada manifestação da indústria cultural reproduz as pessoas tais como as modelou a indústria em seu todo.*¹⁷

Assim a função da cultura, no seu sentido mais essencial e profundo, enquanto princípio civilizatório, desloca-se em processos de dimensões estéticas e/ou culturais esvaziados desse sentido, para então incorporar elementos de diversão e lucro cuja finalidade é subsumir o sujeito a essa forma de organização social. Ou seja, nesse contexto cultural massificado, todos os setores da produção espiritual estão subordinados da mesma maneira “a um fim único: ocupar os sentidos dos homens da saída da fábrica, à noitinha, até a chegada ao relógio do ponto, na manhã seguinte, com o selo da tarefa de que devem se ocupar durante o dia, (...)”¹⁸. Qualquer atividade cultural que demande um esforço perceptivo ou exercício mental de maior acuidade dos sentidos é neutralizada, em razão da cumplicidade que esses mesmos sentidos devotam ao processo de trabalho. A cultura disseminada pela indústria cultural, nesse sentido, é pobre e ausente de maneira geral a possibilidade de reflexão dialética sobre os seus conteúdos. Conseqüentemente, seu nível de mensagem carrega-se de clichês e estereótipos a educar a sensibilidade das massas pela regressão e pela ingenuidade com que se rendem a mistificações da realidade objetiva. A busca da cultura confunde-se, portanto, com lazer ou descanso dos corpos e das mentes, alimentados com as doses de conformismo ou atitudes estandardizadas que inviabilizam

¹⁷ HORKHEIMER, Max. e ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento**, p.119.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 123.

quaisquer arritmias de consciência sobre as contradições sociais. As considerações de Adorno relacionadas a essa questão demonstram que:

*A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho.*¹⁹

Constata-se, segundo observação do autor, que, sendo a indústria cultural a indústria da diversão, seu controle sobre os consumidores é mediado pela diversão e não por um mero decreto. O sucesso e eficiência do seu poder é devido ao fato de pseudonecessidades produzidas se darem por processos identificatórios muito sutis e não por imposições explícitas. Esse tipo de cultura e de informação de maneira geral passam a constituir-se de uma atividade prazerosa, à medida que são caracterizadas exclusivamente como lazer e distração.

A questão que se coloca nesse sentido é a de que o indivíduo seja identificado o tempo todo enquanto consumidor, sem que tenha pressentimentos da possibilidade da resistência. Em qualquer lugar ou situação em que ele se encontre nesse sistema de sociedade, a indústria cultural impõe como princípio que todas as suas necessidades podem ser satisfeitas. Temerosa com possíveis ameaças de castração, a indústria cultural oferece uma enormidade incalculável de objetos que possam cercar os desejos dos seus consumidores, evitando assim dissabores de renúncia pulsional. Jogando com a consciência ingênua e infantilizada dos seus consumidores, a cultura transformada em lazer e diversão passa a ser a forma de apreensão mais solicitada pelo indivíduo comum para tolerar, com um certo *glamour*, o cotidiano entediante que então se converte magicamente no *éden sonhado ou jardim das alegrias*. Não é por acaso que a informação consumista assume a dimensão de espetáculo e vem sempre carregada de luz e brilho, ofuscando as quinquilharias de conteúdo, absorvidos, porém, com a avidez faminta de quem supostamente aí sacia o apetite instigado.

Tais níveis de informação massificados e de fácil digestão mental, com prioridade na diversão incosequente, têm gerado, no entanto, um sujeito obtuso, ajustado e bem-

¹⁹ Ibidem, p. 128.

enquadrado a um meio social que o domina de tal forma, a ponto de ele nem mesmo se dar conta do esvaziamento que sofre pela inundação dos meios informativos. Nesse contexto social administrado, alegria, vida agradável, felicidade, entretenimento, prazer, são na verdade, termos que acobertam a resignação, ocultada por uma vida de renúncia e perda da própria subjetividade. A vida, reduzida a um pragmatismo imediatista, rompe com a possibilidade de o indivíduo experienciar criativamente o investimento sobre si mesmo e sobre o mundo. Daí uma certa aversão à mediação que todo processo cultural mais sério demanda. Na medida que essa mediação é evitada ou nem mesmo exercida, os níveis da percepção não se educam, os sentidos se entorpecem e a taxa de exigência interna do indivíduo torna-se reduzida e quase nula. Nesse aspecto, o imitativo, o meramente identificatório, se impõem como substitutivos do exercício estético, contribuindo assim para se fixar na idolatria do mau gosto o limite existencial com que o indivíduo suporta o cotidiano.

É nessa imposição massiva e unidimensionalizada dos estímulos audiovisuais, tão sutilmente carregados de glamour, que o sujeito despotencializa a capacidade de transformá-los em experiência própria e passa a vivenciar um comando alheio. Nessa forma de expropriação dos sentidos humanos²⁰, consolidada na atualidade pelos mecanismos da indústria cultural, que esse reino de estereótipos e obviedades retro-alimenta incansavelmente uma estrutura econômica e social de exclusão e aviltamento da vida humana.

É nessa acepção que se deve entender o enunciado de Adorno quando afirma que “*a diversão favorece a resignação que nela quer se esquecer*”.²¹ Os componentes de controle e as formas sociais repressivas da existência humana foram no entanto, tão naturalizados que nem mesmo se percebe, em tais manifestações, sua inerência ao desenvolvimento da sociedade industrial nos moldes em que se consolidou. Por mais que o indivíduo resista aos bombardeios da informação ideologizada, inerente ao contexto da indústria cultural, seus apelos buscam repetir exaustivamente padrões comportamentais, *até se tornarem reconhecíveis como hábito e serem aceitos*, segundo constatação de Adorno.

²⁰ Cf. TÜRCKE, Christoph. **Pré-prazer – virtualidade – desapropriação: indústria cultural hoje**. Palestra proferida no colóquio nacional *As luzes da arte*. Belo Horizonte. Set. 1997.

²¹ HORKHEIMER, Max. e ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento**, p. 133.

O conformismo e a resignação não ocorrem, portanto, com permissão íntima do indivíduo que se deixa levar pelo trivial e mais facilitado. Via indústria cultural, uma multiplicidade incomensurável de estratégias se prestam a socorrer e amparar o indivíduo de forma compensatória, pelo tédio e pela monotonia, quando ele não se encontra no cotidiano do trabalho. A vida, estandardizada pela forma da organização do trabalho nesse tipo de sociedade, tornou-se tão absoluta no processo de existência, que reinterpretá-la além dessa realidade só parece possível na dimensão do sonho e da evasão. A luminosidade que envolve o clima fútil dos bens culturais, ou até mesmo dos produtos de consumo mais específicos, resume-se numa estratégia de conforto sedutor e assessoria emocional ao indivíduo embotado. Sua função é reorientar a infelicidade latente ajustada à busca de *"prazer a partir de sua aceitação do desagradável"*, no dizer de Adorno. A resistência a uma tal estrutura social tão concentrada, fazendo pressão o tempo todo sobre o indivíduo em relação ao seu ajustamento, acaba cedendo a um processo de consentimento. Não é, entretanto, anuência passiva do indivíduo, mas estratégia de acomodação e incorporação da ordem externa a que ele está submetido que assim se transforma em ordenação interna.

Isso demonstra, por sua vez, o quanto o indivíduo se violenta no seu processo de fragmentação e acomodação²². A resistência, que muitas vezes se percebe nos comportamentos e atitudes massificados de um indivíduo em relação a um processo cultural mais conseqüente, pode significar, antes de tudo, despeito ou medo de sentir-se envergonhado diante de si mesmo. Receio velado de confessar sua resignação e consentimento diante do coletivismo autoritário da estrutura social a que tem de submeter-se. Vale a pena, se não se exagera na devoção ao autor, citar Adorno numa brilhante constatação nesse sentido: *"nada é mais desagradável do que confessar a dependência. A vergonha despertada pela acomodação à injustiça proíbe a confissão do envergonhado. Por isso, eles voltam o seu ódio antes contra aqueles que apontam a sua dependência do que contra aqueles que apertam as suas algemas"*.²³

²² Cf. Sobre música popular. In: COHN, Gabriel (org.) **Theodor W. Adorno. Sociologia**, p. 115 e ss. Como estamos fazendo comentários nos valendo das idéias de Theodor Adorno nesse ensaio e nem sempre é possível a citação, uma vez que tomamos aleatoriamente um enunciado ou outro entremeado ao fluxo da argumentação, achamos por bem, em respeito às idéias do autor, mencionar a fonte. Os enunciados citados literalmente aparecem com aspas e se referem ao ensaio em questão.

²³ Idem, Ibidem, p. 143

A análise da cultura, na perspectiva que os frankfurtianos a desenvolveram, incide essencialmente numa compreensão dialética dessas questões e não tão-somente na denúncia do conformismo desolador do processo de aniquilamento do indivíduo. A contraface de suas análises busca resgatar um desejo genuíno de coletividade, que ruiu diante dos poderes coercitivos sobre o indivíduo, consolidados pelos interesses econômicos da racionalidade burguesa dissimulada no processo de desenvolvimento tecnológico. Nessa perspectiva, a abordagem supostamente pessimista de suas análises assume uma radicalidade necessária de negação dos aspectos totalitários que o desenvolvimento histórico da sociedade industrial gestou enquanto padrão absoluto de sociedade. Aspectos esses que obscurecem os referenciais da razão crítica, impedindo qualquer forma de ser distinta, facilitando a constituição de uma identidade individual nos moldes definidos pela cultura mercantilizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. Sociologia e Psicologia. In: JENSEN, H. **Teoria crítica del sujeto**. México: Siglo Vienteuno, 1986.

_____. **Educação e Emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.

_____. **Teoria estética**. trad. Artur Morão. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **Prismas: crítica cultural e sociedade**. Trad. Augustin Wenet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática. S.A.1998.

_____. **Palavras e sinais: modelos críticos 2**. Trad. Maria Helena Ruschel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. **Minima moralia: reflexões a partir da vida danifica**. Trad. Luiz Eduardo Bicca. Revisão. Trad.: Guido de Almeida. São Paulo: Ática. 1982.

_____. **Teoria da semicultura**. Trad. Newton Ramos de Oliveira. Educação & Sociedade. Campinas: Papyrus. Ano.XVII. 1996. – 56.

_____.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. 3. ed. Trad.: Guido A. de Almeida. RJ: Zahar, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 4. ed. Trad.: Luiz Mario Gazzaneo. RJ: Civilização Brasileira, 1980.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 5. ed. Trad.: Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves, São Paulo: Loyola, 1992.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, T.W. Textos escolhidos. In: **Os pensadores**. trad. Zelijko Loparic' e outros. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

_____. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Trad. Guido de Almeida. RJ: Zahar, 1985.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. 5. ed. Trad.: Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARX, Karl. **Elementos Fundamentales Para La Crítica de La Economía Política (Greendrisse)**. 13. ed. Espãna: Siglo Veintiuno, 1984.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, vol. I, 9. ed. São Paulo: Difel, 1984.

MATOS, Olgária C. F. **Filosofia a polifonia da razão: filosofia e educação.** São Paulo: Scipione, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade.** 4. ed. Porto: Afrontamento, 1995.

SENNETT, R. **O declínio do homem público.** 4. ed. Trad.: Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SÈVE, Lucien. **Marxismo e a teoria da personalidade.** Trad. de Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Livros Horizonte, 1979.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade.** 3. ed. Trad.: Elia F. Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.